ÍNDICE-SUMÁRIO

I – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de agosto 9
Preâmbulo 9
Princípios fundamentais 9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais 13
TÍTULO I Princípios gerais 13
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias 16
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais 16
CAPÍTULO II Direitos, liberdades e garantias de participação política 25
CAPÍTULO III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores 27
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais 29
CAPÍTULO I Direitos e deveres económicos 29
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais 31
CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais 36
PARTE II Organização económica 39
TÍTULO I Princípios gerais 39
TÍTULO II Planos 42
TÍTULO III Políticas agrícola, comercial e industrial 43
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal 46
PARTE III Organização do poder político 49
TÍTULO I Princípios gerais 49
TÍTULO II Presidente da República 54
CAPÍTULO I Estatuto e eleição 54
CAPÍTULO II Competência 57
CAPÍTULO III Conselho de Estado 60
TÍTULO III Assembleia da República 61
CAPÍTULO I Estatuto e eleição 61
CAPÍTULO II Competência 65
CAPÍTULO III Organização e funcionamento 71

TÍTULO IV Governo 75
CAPÍTULO I Função e estrutura 75
CAPÍTULO II Formação e responsabilidade 76
CAPÍTULO III Competência 78
TÍTULO V Tribunais 81
CAPÍTULO I Princípios gerais 81
CAPÍTULO II Organização dos tribunais 82
CAPÍTULO III Estatuto dos juízes 84
CAPÍTULO IV Ministério Público 85
TÍTULO VI Tribunal Constitucional 86
TÍTULO VII Regiões Autónomas 88
TÍTULO VIII Poder Local 93
CAPÍTULO I Princípios gerais 93
CAPÍTULO II Freguesia 95
CAPÍTULO III Município 96
CAPÍTULO IV Região administrativa 97
CAPÍTULO V Organizações de moradores 98
TÍTULO IX Administração Pública 99
TÍTULO X Defesa Nacional 101
PARTE IV Garantia e revisão da Constituição 105
TÍTULO I Fiscalização da constitucionalidade 105
TÍTULO II Revisão constitucional 109
Disposições finais e transitórias 111

II – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM
Aviso, *DR* nº 57, Série I, de 09-03-1978 115

LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Lei nº 28/82, de 15 de novembro 121
TÍTULO I Disposições gerais 121
TÍTULO II Competência, organização e funcionamento 122
CAPÍTULO I Competência 122
CAPÍTULO II Organização 125
SECÇÃO I Composição e constituição do Tribunal 125
SECÇÃO II Estatuto dos juízes 128
SECÇÃO III Organização interna 132
CAPÍTULO III Funcionamento 134
SECÇÃO I Funcionamento do Tribunal 134
SECÇÃO II Secretaria e serviços de apoio 136
CAPÍTULO IV Regime financeiro 136
TÍTULO III Processo 138
CAPÍTULO I Distribuição 138

CAPÍTULO II Processos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade 139
SUBCAPÍTULO I Processos de fiscalização abstracta 139
SECÇÃO I Disposições comuns 139
SECÇÃO II Processos de fiscalização preventiva 141
SECÇÃO III Processos de fiscalização sucessiva 142
SECÇÃO IV Processos de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão 143
SUBCAPÍTULO II Processos de fiscalização concreta 144
CAPÍTULO III Outros processos 152
SUBCAPÍTULO I Processos relativos à morte, impossibilidade física permanente, impedimento temporário, perda de cargo e destituição do Presidente da República 152
SUBCAPÍTULO I-A Processos relativos ao contencioso da perda do mandato de Deputados 154
SUBCAPÍTULO II Processos eleitorais 155
SECÇÃO I Processo relativo à eleição do Presidente da República 155
SUBSECÇÃO I Candidaturas 155
SUBSECÇÃO II Desistência, morte e incapacidade de candidatos 156
SUBSECÇÃO III Apuramento geral da eleição e respetivo contencioso 157
SECÇÃO II Outros processos eleitorais 157
SUBCAPÍTULO III Processos relativos a partidos políticos, coligações e frentes 159
SUBCAPÍTULO IV Processos relativos a organizações que perfilhem a ideologia fascista 162
SUBCAPÍTULO V Processos relativos à realização de referendos e de consultas diretas aos eleitores a nível local 162
SUBCAPÍTULO VI Processos relativos a titulares de cargos públicos 162
TÍTULO IV Disposições finais e transitórias 165

INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS
Lei nº 17/2003, de 4 de junho 167
CAPÍTULO I Disposições gerais 167
CAPÍTULO II Requisitos e tramitação 168
CAPÍTULO III Disposições finais 171

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR
Lei nº 83/95, de 31 de agosto 173
CAPÍTULO I Disposições gerais 173
CAPÍTULO II Direito de participação popular 174
CAPÍTULO III Do exercício da acção popular 176

CAPÍTULO IV Responsabilidade civil e penal 179
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias 180

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO
Lei nº 43/90, de 10 de agosto 183
CAPÍTULO I Disposições gerais 183
CAPÍTULO II Forma e tramitação 186
CAPÍTULO III Petições dirigidas à Assembleia da República 188
CAPÍTULO IV Disposição final 193

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Lei nº 39/80, de 5 de agosto 195
Preâmbulo 195
TÍTULO I Região Autónoma dos Açores 196
TÍTULO II Princípios fundamentais 199
TÍTULO III Regime económico e financeiro 201
CAPÍTULO I Princípios gerais 201
CAPÍTULO II Autonomia financeira da Região 201
CAPÍTULO III Autonomia patrimonial da Região 202
TÍTULO IV Órgãos de governo próprio 204
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa 204
SECÇÃO I Estatuto e eleição 204
SECÇÃO II Competência da Assembleia Legislativa 207
SUBSECÇÃO I Competência em geral 207
SUBSECÇÃO II Matérias de competência legislativa própria 214
SECÇÃO III Organização e funcionamento da Assembleia Legislativa 222
CAPÍTULO II Governo Regional 225
SECÇÃO I Função, estrutura, formação e responsabilidade 225
SECÇÃO II Competência do Governo Regional 228
CAPÍTULO III Estatuto dos titulares de cargos políticos 231
SECÇÃO I Disposições comuns 231
SECÇÃO II Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa 233
SECÇÃO III Estatuto dos membros do Governo Regional 236
CAPÍTULO IV Representante da República 236
TÍTULO V Relação da Região com outras pessoas colectivas públicas 237
CAPÍTULO I Da cooperação em geral 237
CAPÍTULO II Da audição dos órgãos de governo próprio pelos órgãos de soberania 239
TÍTULO VI Das relações internacionais da Região 242
TÍTULO VII Organização das administrações públicas 244
CAPÍTULO I Administração regional autónoma 244
CAPÍTULO II Outros órgãos regionais 245

CAPÍTULO III Administração do Estado 247
CAPÍTULO IV Administração local 247
TÍTULO VIII Revisão do Estatuto 248

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Lei nº 13/91, de 5 de junho 251
TÍTULO I Princípios fundamentais 251
TÍTULO II Órgãos de governo próprio e administração pública regional 254
CAPÍTULO I Assembleia Legislativa Regional 254
SECÇÃO I Definição, eleição e composição 254
SECÇÃO II Estatuto dos deputados 255
SECÇÃO III Competência 261
SECÇÃO IV Funcionamento 265
CAPÍTULO II Governo Regional 269
SECÇÃO I Definição, constituição e responsabilidade 269
SECÇÃO II Estatuto dos membros do Governo Regional 271
SECÇÃO III Competência 273
SECÇÃO IV Funcionamento 274
CAPÍTULO III Estatuto remuneratório 275
CAPÍTULO IV Administração pública regional 277
TÍTULO III Relações entre o Estado e a Região 278
CAPÍTULO I Representação do Estado 278
CAPÍTULO II Relações entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio 279
SECÇÃO I Relacionamento entre a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa Regional 279
SECÇÃO II Audição dos órgãos de governo próprio 280
SECÇÃO III Protocolos 281
SECÇÃO IV Participação da Região em negociações internacionais 282
CAPÍTULO III Fiscalização da constitucionalidade e da legalidade 282
TÍTULO IV Do regime financeiro, económico e fiscal 284
CAPÍTULO I Princípios gerais 284
CAPÍTULO II Do regime financeiro 286
SECÇÃO I Receitas regionais 286
SUBSECÇÃO I Receitas e despesas 286
SUBSECÇÃO II Receitas fiscais 287
SUBSECÇÃO III Dívida pública regional 288
SUBSECÇÃO IV Transferências do Estado 289
SUBSECÇÃO V Apoios especiais 290
SECÇÃO II Relações financeiras entre a Região e as autarquias locais 290
CAPÍTULO III Do regime económico 291
SECÇÃO I Da economia regional 291

SECÇÃO II Da concretização dos princípios da solidariedade e da continuidade territorial 291
SUBSECÇÃO I Transportes 291
SUBSECÇÃO II Telecomunicações 292
SUBSECÇÃO III Energia 293
SUBSECÇÃO IV Outras áreas específicas 293
CAPÍTULO IV Do regime fiscal 294
SECÇÃO I Enquadramento geral 294
SECÇÃO II Competências legislativas e regulamentares 295
SECÇÃO III Competências administrativas 296
SECÇÃO IV Taxas e preços públicos regionais 297
CAPÍTULO V Património da Região 297
CAPÍTULO VI Centro Internacional de Negócios 298
TÍTULO V Disposições finais e transitórias 298

SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de agosto 9

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM
Aviso, *DR* nº 57, Série I, de 09-03-1978 115

LEI DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Lei nº 28/82, de 15 de novembro 121

INICIATIVA LEGISLATIVA DE CIDADÃOS
Lei nº 17/2003, de 4 de junho 167

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL E DE ACÇÃO POPULAR
Lei nº 83/95, de 31 de agosto 173

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO
Lei nº 43/90, de 10 de agosto 183

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Lei nº 39/80, de 5 de agosto 195

ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Lei nº 13/91, de 5 de junho 251

ÍNDICE-SUMÁRIO 301
SUMÁRIO 307